



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 19 - 2017/2021

Data da Sessão: 23 de Fevereiro de 2021

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 12:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Vera Lúcia Marques da Silva, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques e Vitor Manuel Machado Gonçalves

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 19 - 2017/2021
23 de fevereiro de 2021

-----INICIO-----

---- Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação do Mapa de Fluxo de Caixa relativo ao ano de 2020.**
- 3) Discussão e votação de utilização de Saldo de Gerência do ano económico de 2020.**
- 4) Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2021.**
- 5) Discussão e votação sobre proposta de abertura de Procedimento Concursal para o Cargo de Dirigente Intermédio de 2º Grau – Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.**
- 6) Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**
- 7) Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos – Programa do Procedimento e Caderno de Encargos.**
- 8) Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro – Programa do Procedimento e Caderno de Encargos.**

Nesta sessão faltaram os vogais Duarte Marques e Vítor Gonçalves que justificaram as suas faltas em devido tempo.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão as actas nº 21 e nº 22 que, colocadas à votação foram aprovadas por maioria com uma abstenção.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continua a sua intervenção deixando a proposta/sugestão para que as reuniões de Câmara e as sessões da Assembleia Municipal fossem via online, para que as pessoas pudessem acompanhar em direto, nas suas casas ou no trabalho, pois é uma coisa que

já se pratica em outras autarquias e que acredita ser possível fazer em Mação uma vez que a Câmara tem um grupo de trabalho nesta área e seria muito bom as pessoas poderem acompanhar o que se passa nas reuniões pois todos sabemos que não há o hábito de ir assistir às mesmas.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que há algum tempo falou sobre a Ponte da Ladeira e sobre aquilo que poderia ser feito na requalificação da mesma, e solicita informação sobre se houve algum desenvolvimento neste assunto. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente à vacinação contra o covid 19 e tendo em conta que a Câmara tem um magnífico trabalho na assistência aos idosos, solicita informação sobre se vai continuar a ser fornecido transporte aos idosos que necessitem para vir levar a vacina a Mação e se, quando acelerar o processo de vacinação, está previsto haver mais locais de vacinação ou se vai continuar a ser somente no Centro de Saúde. Em seguida, e relativamente ao assalto à Junta de Freguesia de Cardigos e ao apoio aqui aprovado e, considerando o que vem mencionado nas actas sobre o assunto, solicita informação sobre se os documentos da participação foram entregues e se o referido apoio já foi pago ou não. Continua a sua intervenção solicitando informação sobre o apoio que a Câmara deliberou com o pagamento no consumo da água nos meses de janeiro e julho aos munícipes do concelho de Mação, bem como 25% do valor da água, a partir do mês seguinte ao da deliberação (setembro), a todos os consumidores, se o mesmo é um apoio por causa da pandemia ou se será campanha eleitoral neste ano que há eleições e em quanto fica este apoio à Câmara.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção informando que, apesar de os alunos estarem a ter aulas online, em casa, o Agrupamento tem uma “escola de acolhimento” para os filhos de pais com funções consideradas prioritárias, mas poderá não ser do conhecimento geral, mas também são acolhidas todas as crianças que tenham dificuldade em acompanhar o ensino à distância, reconhecida pelos professores ou outras pessoas que façam chegar essa informação ao Agrupamento. Mais informou que, em articulação com a Câmara, está a ser fornecido transporte escolar para essas crianças e, em média nas últimas semanas esta escola de acolhimento tem tido entre 25 e 28 crianças e, desta forma tem sido minorado um problema muito sério que acontece especialmente às crianças do 1º e 2º ano pois não é fácil aos professores, no ensino à distância, fazer com que as crianças que ainda têm dificuldades na leitura e na escrita aprendam sem ser de forma muito penalizadora e, desta forma podem acompanhar as

aulas, ver os colegas e terem acompanhamento nas atividades e mesmo no recreio, não sendo assim tão penalizados neste momento. Continuou a sua intervenção referindo que está a ser ponderado o regresso rápido às aulas presenciais, especialmente para o pré-escolar e o 1º ciclo e considera que esse esforço deveria ser feito com os respetivos cuidados, com testagem generalizada na comunidade escolar mas o regime presencial deveria voltar sob pena de se estar a penalizar em demasia um conjunto de crianças muito significativo. Terminou referindo que este trabalho que está a ser feito tem o envolvimento muito próximo e direto da Câmara, quer com recursos humanos, quer com recursos materiais, especialmente de transportes pois estão a ser recolhidas crianças em muitas povoações do nosso concelho e isso deve ser reconhecido pois é muito importante para essas crianças poderem vir para a escola de acolhimento.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção solicitando informação, dentro daquilo que o executivo possa ter conhecimento, sobre como está a correr o processo de vacinação no concelho, dentro dos respetivos grupos prioritários da 1ª e 2ª fases e se, genericamente, toda a população está a aceitar a vacinação ou se há recusas. Questionou ainda, relativamente ao processo de vacinação e considerando que o nosso concelho tem muitas pessoas com idades avançadas e que alguns ainda não levaram a vacina, se terão havido antecipação de vacinas no concelho, de pessoas que poderão ter tomado a vacina indevidamente antecipando-se aos idosos e com isto considerando-se prioritários quando afinal, não eram.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente ao que tem sido a pandemia de covid no concelho de Mação, quer expressar o seu agradecimento à Câmara por tudo aquilo que tem feito, dentro das suas possibilidades, para ajudar no combate a esta pandemia. Mais referiu que todos sabem que não tem sido fácil para a população nem para as entidades que têm, de certa forma, alguma responsabilidade sobre a comunidade, nomeadamente para a GNR, para a Câmara Municipal, Proteção Civil e Juntas de Freguesia, embora muitas vezes, até no âmbito do Governo, a questão Juntas de Freguesia fica esquecida do resto da situação, quando se sabe que, a nível local, nomeadamente no meio rural, as Juntas de Freguesia poderão ter também um papel determinante nestas matérias pois o Presidente e o pessoal da Junta conhecem toda a gente, os operacionais da Junta continuam no terreno e, portanto, muitas vezes, as Juntas de Freguesia são esquecidas nestas matérias e nos diplomas publicados raramente há uma menção às Juntas de Freguesia, mas depois, quando são

necessárias sabe-se que as mesmas estão cá, e exemplo disso foram as recentes eleições para o Presidente da República em que, da parte das Juntas de Freguesia houve um papel ativo e efetivo, em colaboração com a Câmara Municipal, para que o referido acto eleitoral pudesse ter decorrido em segurança e considera que devemos sentir orgulho por aquilo que aconteceu no concelho de Mação, já referido em algumas comunicações do Sr. Presidente da Câmara na comunicação social. Mais refere que, em síntese, a sua intervenção é no sentido de agradecer todo o apoio da Câmara, nomeadamente às IPSS, que sentiu como Diretor de uma IPSS que teve um surto ativo que, felizmente conseguiram “matar” quase à nascença mas que, efetivamente deu trabalho. Refere ainda que, no concelho de Mação temos tido alguns sustos mas a Câmara tem dito presente com apoios, com material, com distribuição de equipamentos de proteção e, por isso, na qualidade de Presidente de Junta, de cidadão e de Presidente de uma IPSS, deixa o agradecimento à Câmara por aquilo que tem feito. Mais refere que já teve oportunidade de dizer e continua a pensar que, se calhar se começou um bocadinho tarde, lembrando a célebre reunião de Câmara de 26 de março de 2020, em que o Vereador do Partido Socialista foi destrutado pelas medidas inovadoras que apresentou e que o tempo veio a dizer-nos que afinal tinha alguma razão, tinha ali algum conhecimento técnico que devia ter sido tido em conta mais cedo para podermos antever tudo aquilo que se iria passar e, chegados a este ponto ainda não sabemos onde iremos chegar mas acredita que, todos juntos conseguiremos levar este barco a bom porto e a prova é que, o concelho de Mação, apesar de já ter passado por alguns momentos de aflição, tem conseguido contornar e as coisas estão encaminhadas.

--- O vogal Daniel Jana inicia a sua intervenção solicitando informação, relativamente ao apoio da Câmara para a requalificação da escola de Freixoeiro, que está a ser dinamizada pela Associação da Serra do Santo, da freguesia de Cardigos, sobre se este apoio tem outra finalidade para além das instalações da própria Associação, se existe alguma medida de apoio à requalificação destes edificadros históricos pois a sua freguesia tem vários que também necessitam de intervenção e dá como exemplo as escolas de Serra, Louriceira, Casal da Barba Pouca que também são propriedade da Câmara Municipal de Mação. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente à empresa Tejo Ambiente e à recolha dos resíduos sólidos urbanos, tem havido várias queixas do enorme granel que se faz nesta recolha durante as madrugadas. Solicita informação sobre os ecopontos, de quem é a responsabilidade dos mesmos visto que

também aqui existem queixas pois fazer a recolha de ecopontos de vidro às 4 horas da manhã não é muito agradável para quem vive nas imediações.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as intervenções de todos. Continua referindo que, relativamente à proposta da vogal Carla Loureiro, a transmissão das reuniões de Câmara online começa a ser prática em várias Câmaras e é uma ideia que poderá fazer caminho, não vê nenhum problema nisso, considerando que é uma questão de se organizarem as coisas e o executivo irá avaliar a situação. Relativamente à intervenção do vogal António Reis, em relação à questão sobre a Ponte da Ladeira informou que não há nenhuma novidade e ainda não houve nenhuma conversa com quem tem de haver, nomeadamente a outra Câmara Municipal, considerando que a referida ponte tem interesse histórico relevante e está classificada de interesse nacional pelo que terá sempre de passar por esse crivo mas reconhece a pertinência da questão apresentada. Relativamente à vacinação contra a covid 19, informou que a Câmara tem feito o acompanhamento que tem sido solicitado nesta matéria, na próxima quinta-feira voltará a haver vacinação no concelho para a população mais idosa, pela 3ª vez e aquilo que tem sido solicitado, via Centro de Saúde, é o transporte das pessoas que, quando são contactadas para este efeito, expressam a necessidade de serem transportadas e a Câmara já o fez das outras duas vezes e espera receber a listagem durante o dia de amanhã, das pessoas a transportar na próxima quinta-feira. Relativamente aos locais de vacinação, foi-lhe transmitido pelo ACES Médio Tejo que haverá no Médio Tejo 4 grandes centros de vacinação, nas 4 maiores cidades, Abrantes, Ourém, Tomar e Torres Novas e haver polos em cada um dos concelhos pelo que considera não haver qualquer possibilidade de alargar às freguesias. Mais informou que se colocou a hipótese de, em Mação, se poder arranjar um local alternativo ao Centro de Saúde e, ontem mesmo lhe foi transmitido que, para já, isso não está em cima da mesa, pelo menos até que o número de vacinas que estiverem disponíveis seja tão residual que não chega para aquilo que todos nós gostaríamos que acontecesse, mas se for esse o caso, a Câmara está disponível para tentar encontrar alternativas para essa situação. Relativamente à questão sobre o assalto em Cardigos, informou que o apoio ainda não foi transferido para a Junta de Freguesia e aquilo que foi transmitido foi que, efetivamente a participação foi feita pelos CTT pois foi a entidade lesada, uma vez que o dinheiro que estava à guarda da Junta de Freguesia era dos CTT e foi isso que foi transmitido pelo advogado que acompanhou a Junta de Freguesia neste processo. Quanto à fatura da água, refere que há um equívoco na análise feita

pelo vogal António Reis pois o que foi a deliberação da Câmara de 9 de setembro de 2020 foi assumir os encargos das faturas de água de janeiro de julho de 2021 aos consumidores domésticos e aos consumidores não domésticos (empresários), assumir até final do ano, o valor correspondente a 25% da fatura, valor este, de acordo com os valores do trimestre que acabou em setembro, ascenderá, no global do ano, a cerca de 32.000,00€, sendo isto uma estimativa que dependerá dos consumos e das pessoas que, eventualmente possam abrir negócios. Relativamente a quanto custará a água dos meses de janeiro e julho, a estimativa é de que ascenderá a 80.000,00€. Relativamente a medidas de apoio à pandemia covid 19, será deliberado em reunião de Câmara, amanhã, mais um conjunto de propostas de apoio aos agentes económicos e aos cidadãos e as questões anteriores nada têm a ver com o covid mas sim ao reconhecimento do aumento substancial da fatura da água que as pessoas habitualmente pagavam. Relativamente à intervenção do vogal José António Almeida refere que o acompanhamento que a Câmara está a fazer é o acompanhamento que lhe tem sido solicitado, tendo a Câmara manifestado desde a primeira hora a total abertura para colaborar no que fosse necessário, também de acordo com as decisões tomadas em março e abril do ano transato e daquilo que é do conhecimento da Câmara, as coisas estão a correr relativamente bem, há uma ou outra situação que poderia ter corrido melhor mas nem sempre é possível atingir todos os objetivos de uma só vez e reiteramos aqui a disponibilidade para continuar a trabalhar naquilo que for possível. Em relação à intervenção do vogal António Cardoso Lopes sobre como está a correr a primeira e segunda fase da vacinação, informou que a primeira fase, nos Lares, correu bem e neste momento todas as ERPI estão vacinadas com as duas doses, à exceção da Santa Casa da Misericórdia de Mação pois tinha um surto ativo e ainda não foram vacinados e não tem informação quando será efetuada essa vacinação. Em relação à segunda fase, está a iniciar-se com esta cadênciade cerca de 100 vacinas por semana e este procedimento continuará durante bastante tempo, considerando que cada pessoa em de levar duas doses da vacina. Considera que está a correr bem, os Bombeiros já foram vacinados, o que é um bom sinal, e em relação às forças de segurança não tem informação. Relativamente aos comentários sobre pessoas que tenham tomado a vacina sendo a sua vez ou não, refere que não lhe cumpre a si fazer qualquer tipo de comentário relativamente a essa matéria e o conhecimento que tem é através da comunicação social como todas as pessoas e considera que tem de haver uniformidade em termos de análise destes procedimentos e considera que este assunto está a ser, e

bem, pelas autoridades, nomeadamente pelo Ministério Público, segundo se sabe e, portanto, haverá seguramente pessoas mais avalisadas para fazerem essa análise.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins, refere que a Câmara tem tentado fazer um acompanhamento das instituições que têm tido maiores problemas como foi o caso do Centro de Dia de Aboboreira e da Santa Casa da Misericórdia de Mação e tem dito inúmeras vezes que o trabalho que estas instituições têm feito deve ser reconhecido e, se as coisas no concelho de Mação não atingiram ainda proporções piores do que poderiam ter atingido, deve-se muito ao enorme esforço que as mesmas têm feito, dirigentes e trabalhadores e considera que as famílias e a população do concelho devem estar gratas. Relativamente às Juntas de Freguesia, agradece a todos os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia a colaboração que tiveram no processo das eleições para o Presidente da República, foram os seis de uma dedicação extraordinária e o mérito de nada ter corrido mal também é muito dos mesmos. Quanto à questão das Juntas não serem mencionadas nas várias resoluções do Governo tomadas nesta matéria, refere que as Câmara e os Presidentes também não são referidos, nem mesmo no que diz respeito a quem pode circular entre concelhos quando são os responsáveis máximos pela Proteção Civil Municipal. No que diz respeito à reunião de 26 de março de 2020, refere que não vai voltar a falar na mesma pois já foi mais do que debatida. Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana e à recuperação da Escola de Freixoeiro, refere que a Associação da Serra do Santo utilizava aquela escola como o seu espaço para a realização das suas atividades e entretanto construíram uma instalação junto àquela escola mas sempre houve o anseio de recuperar aquele edificado, que é património da Câmara. Mais referiu que há aqui um pouco de duas coisas, há um pouco de envolvimento da associação que está ali e cuida daquele património e a Câmara vai também um pouco atrás, no sentido de acompanhar aquela recuperação e ao mesmo tempo recuperar património que é da Câmara. Mais informou que o edificado terá a finalidade de não ser a sede da associação mas ser para desenvolver ali atividades que normalmente as associações desenvolvem nas localidades do nosso concelho. Informou ainda que não há nenhuma medida de apoio em concreto que esteja a ser utilizada e, nomeadamente aos casos que referiu da Freguesia de Penhascoso, a Câmara tem adjudicado já a recuperação do que falta recuperar na escola primária de Penhascoso, há pouco tempo foi aprovado um apoio para a pintura da escola de Monte Penedo e as outras três que o vogal Daniel Jana referiu, são situações que devem ser olhadas mas para as quais a Câmara, neste

momento, não tem nenhuma finalidade objetiva, podendo sempre recuperar somente por recuperar mas a Câmara gostaria que houvesse interesse de alguém como é o caso da Associação da Serra do Santo. Relativamente à Tejo Ambiente, esta situação do granel durante a noite na recolha dos resíduos sólidos urbanos já há algum tempo que não era reportada e, na quinta-feira irá reportar esse facto junto dos responsáveis da empresa, numa reunião que irá ter com os mesmos. Terminou informando que a recolha dos ecopontos é da responsabilidade da Valnor e não tinha conhecimento da recolha dos ecopontos às 4 horas da manhã mas agradece e toma boa nota da informação.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara informou que, no âmbito dos apoios da Câmara relativamente à pandemia covid 19, dentro de valores que a Câmara deixou de receber e apoios que deu, estamos a falar de uma despesa de cerca de 400.000,00€ a que acrescerá o valor dos apoios que serão deliberados na reunião de Câmara de amanhã e que a serem concretizados, as expectativas que o executivo tem, de acordo com aquilo que foram no ano passado, poder-se-á estar a falar de entre mais 100.000,00€ a 150.000,00€. Mais informou que é esperança do executivo que, durante o mês de abril/maio, o Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial possa ter a sua abertura, o que considera ser uma boa notícia para o concelho e particularmente ainda mais para aquelas pessoas que para lá irão usufruir daquele serviço e para as respetivas famílias. Informou ainda que iniciará as suas funções o novo Chefe de Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, no próximo dia 1 de março de 2021.

---O vogal José Fernando Martins intervém para solicitar, como já tinha feito em sessões anteriores e que ainda não teve resposta, sobre se os valores dos bancos que o Sr. Presidente da Mesa esteve a mencionar, se os mesmos se referem a extrato bancário puro ou referem-se a conta corrente na Câmara relativamente às referidas contas, pois

podemos estar a falar de uns valores quando os valores reais inscritos nas contas da Câmara são outros porque pode haver pagamentos em curso.

---O Sr. Presidente da Mesa informou que estes são dados da existência no banco, nesta data, 23 de fevereiro de 2021.

---O Sr. Presidente da Câmara informou que, objetivamente são valores que estão em depósito no banco. Mais refere que é impossível ter, ao minuto, os valores que estão no banco, pois ainda ontem à noite assinou ordens de pagamento num valor superior a 150.000,00€.

---O vogal José Fernando Martins refere que é por isso que o que defende e o que diz na Lei que deve ser presente não é o valor de referência no banco mas sim a conta corrente da Câmara, da contabilidade da Câmara.

---O Sr. Presidente da Câmara refere que aquela é a conta corrente ao dia de hoje.

--- O vogal José Fernando Martins refere que este é o valor que está no banco e a ele o que lhe interessa é o valor que está na Câmara e o que a Lei diz é basicamente o que está na conta corrente da Câmara, referente às contas bancárias pois a mesma tem obrigação de estar atualizada e a do banco pode não estar atualizada, ou seja, aquilo que deve ser aqui apresentado é o resumo diário de tesouraria desdobrado pelas contas bancárias na conta corrente da Câmara.

--- O Sr. Presidente da Câmara refere que, na próxima sessão pode vir o resumo diário de tesouraria.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: 2) **Discussão e votação do Mapa de Fluxo de Caixa relativo ao ano de 2020.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que os pontos 2), 3) e 4) da Ordem de Trabalhos estão interligados pelo que sugere que os mesmos sejam discutidos em conjunto e depois votados separadamente.

Continua informando que a Câmara está a propor e já aprovou o Mapa de Fluxo de Caixa e a utilização do Saldo de Gerência e a respetiva Revisão Orçamental que aqui vem devidamente descrita, para o ano de 2020. Mais referiu que, na sessão de dezembro desta Assembleia Municipal foi referido que o Orçamento estava suborçamentado pois o executivo estaria a contar com a Revisão Orçamental para a utilização do Saldo de Gerência que o executivo perspectivava que fosse um valor substancial, poder utilizar essa prerrogativa que tinha para compor o Orçamento e, basicamente é isto que aqui hoje o executivo propõe. Referiu ainda que, na altura foi

utilizado um valor de 490.192,00€ de um Saldo de Gerência global de 2.327.931,16€ e, portanto, estamos aqui, nos termos da legislação, para aprovar este Mapa de Fluxos de Caixa e a proposta para a utilização do Saldo de Gerência, com a respetiva cabimentação em Orçamento das rubricas que o executivo entendeu necessárias para o efeito. Mais informou que se verifica um reforço de receita de programas operacionais que também fizeram um reforço de receita na casa dos 376.000,00€, de acordo com determinações que foram entretanto tomadas pela Alta Autoridade para o Desenvolvimento e Coesão que irá possibilitar que a Câmara receba participações a 100%, que se esperava serem a 85%, o que vem reforçar a verba que vamos receber.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para colocar a seguinte questão: relativamente a este Saldo de Gerência de aproximadamente 2.300.000,00€, é saldo sobranante, é saldo de contratos programa que estão em execução e que estão dependentes os pagamentos? Quais foram as obras ou as despesas do Orçamento de 2020 que não foram executadas para haver este sobranante de saldo ou quais foram as verbas que se receberam a mais em 2020 que provocaram este excedente de saldo, porque 2.327.931,16€ têm de ter história e é esta história que solicita seja relatada aqui.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que grande parte desta discussão destes 3 pontos é uma questão mais técnica, embora tenha alguma dimensão política que tem a ver com a utilização deste Saldo de Gerência. Mais refere que não é necessário estarmos muito atentos para perceber que um ano tão atípico como foi o ano de 2020 cria forçosamente estes problemas orçamentais porque foi um ano especial e como tal vai obrigar a que haja estes momentos. Termina referindo que a bancada do PSD pode aprovar estes pontos sem problemas porque eles acontecem de uma forma natural nesta situação como a que estamos a viver.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente às questões do vogal José Fernando Martins, a Câmara tem apresentado, felizmente, nos últimos anos, Saldos de Gerência com algum volume, razão pela qual a ANMP se bateu muito para que o Saldo de Gerência pudesse ser utilizado logo em fevereiro e não esperar para abril e que quando o Saldo de Gerência fosse suficientemente robusto pudesse ser logo incorporado no Orçamento, conforme a Câmara fez, precisamente porque isto tem acontecido. Mais referiu que o Saldo de Gerência tem a ver com tudo o que recebemos e não recebemos e com aquilo que fizemos ou não fizemos, portanto chegamos a este Saldo de Gerência por situações que tiveram a ver, por um lado com fundos da Comunidade Europeia que a Câmara recebeu e que não estava a contar que

recebêssemos, houve obras que se começaram e que a Câmara esperava que terminassem mais cedo, nomeadamente a requalificação do Cine Teatro Municipal e, de facto, aquilo que foi a gestão da Câmara ao longo do ano, que permitiu que aquilo que recebemos fosse um valor superior àquilo que pagamos, sem que isso tivesse implicado transmissão de dívida, conforme verão em abril, a Câmara terá, se não se enganar, as melhores contas dos últimos 20 ou 30 anos da Câmara Municipal de Mação, em termos daquilo que foram as dívidas transitadas para o ano seguinte. Termina referindo que, basicamente, tem a ver com o amearhar de receita que permitiu cumprir os nossos compromissos sem que isso pusesse em causa a estabilidade financeira da Câmara nem por em causa aquilo que foram os trabalhos que foram desenvolvidos ao longo do ano e não há aqui nenhuma “arte mágica” nem recebimento extraordinário, com exceção do Fundo de Solidariedade da União Europeia.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: 3) **Discussão e votação de utilização de Saldo de Gerência do ano económico de 2020.**

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: 4) **Discussão e votação da 1ª Revisão Orçamental referente ao ano de 2021.**

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 8 abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação sobre proposta de abertura de Procedimento Concursal para o Cargo de Dirigente Intermédio de 2º Grau – Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a Câmara aprovou a abertura deste procedimento, cuja competência final é da Assembleia Municipal. Continuou a sua intervenção informando que a Câmara tinha, até janeiro uma Che de

Divisão Administrativa e Financeira que, a seu pedido, transitou para outro organismo público e, apesar de ter a possibilidade de nomeação em comissão de serviço de um funcionário, essa circunstância não se verificou e, por isso, é solicitada a abertura deste procedimento concursal, nos mesmos termos em que foi feito o procedimento anterior para provimento deste lugar.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que esta proposta tem um sentido político pois o Sr. Presidente da Câmara podia pura e simplesmente olhar para os técnicos que tem na Câmara e escolher um e nomeá-lo para este lugar em comissão de serviço e isto, politicamente, é importante pois quando, por vezes, acusamos os responsáveis políticos de compadrios, de benefícios deste ou daquele, é absolutamente importante que seja dito que resolveu abrir um procedimento concursal com um júri constituído por elementos extra Câmara, de outras Câmaras, o que faz com que isto seja um sinal de transparência que deve ser sublinhado.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que, na sequência da intervenção do vogal José António Almeida, provavelmente o Sr. Presidente da Câmara também conhece o universo dos técnicos que tem a trabalhar e certamente também terá pessoas em condições para poderem ser alocadas a esse cargo e terão a oportunidade de concorrer ao mesmo, se assim o entenderem. Considera que foi uma boa atitude ter alargado este espetro de escolha através do concurso.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este procedimento diz respeito à Assembleia Municipal, a pedido da CPCJ, para cumprir a legislação, conforme informação da Presidente da CPCJ de Mação que foi entregue aos membros desta Assembleia.

---O vogal José António Almeida refere que, como é do conhecimento de todos e neste assunto de tão grande importância, tem havido, ao longo dos tempos, um acordo entre as duas bancadas no sentido de, cada uma delas nomear dois elementos e como tal informa que os elementos propostos pela bancada do PSD são Vanessa Albuquerque e Margarida Cardoso.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que, no seguimento do que foi dito pelo vogal José António Almeida, efetivamente tem acontecido assim ao longo dos anos, a bancada do Partido Socialista concorda e informa que os elementos propostos pela bancada do PS são Cláudia Cordeiro e José Fernando Martins.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que assim vai por à votação a proposta dos 4 nomes apresentados pelas duas bancadas.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo a proposta apresentada tido 20 votos “SIM” e um voto “NÃO”, tendo sido assim eleitos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mação, os cidadãos:

- Vanessa Albuquerque
- Cláudia Cordeiro
- Margarida Cardoso
- José Fernando Martins

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) e o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Cardigos – Programa do Procedimento e Caderno de Encargos e Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro – Programa do Procedimento e Caderno de Encargos**, uma vez que os mesmos não carecem de votação.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a estas concessões para os bares das praias fluviais de Cardigos e Carvoeiro, no passado a Câmara já tentou encontrar soluções diferentes de ter o valor das rendas como principal critério para a escolha dos candidatos mas o tempo e a experiência desses casos vieram a demonstrar que essas ideias que seriam boas, na prática revelaram-se difíceis de gerir e não eram muito aconselháveis. Mais refere que, na sequência dessas experiências, foi elaborado este procedimento que voltará a ter o valor da renda oferecido por cada um dos candidatos como critério para entrega da concessão. Refere ainda que continuamos num tempo de pandemia covid 19, um tempo de grande incerteza, que não aconselha a que se façam grandes previsões temporais nem grandes aventuras pois existem muitos fatores externos com influência que são incertos. Mais refere que, no ano passado estas concessões correram bem, no entanto, ninguém nos garante o eu aí vem nem como será este ano. Refere ainda que uma das alterações que ocorreram nestes documentos foi que os concessionários serão responsáveis pela contratação dos nadadores-salvadores, o que será um grande

encargo para os concessionários e, nos últimos anos não tem havido cursos para nadadores-salvadores o que faz com que os que estiverem disponíveis e que fiquem na região sejam cada vez menos e já no ano passado foi um problema. Informou que a Praia Fluvial de Carvoeiro foi agraciada mais uma vez com o galardão Bandeira Azul, o que considera ser uma grande honra e também uma grande responsabilidade. Mais referiu que estas concessões são muito semelhantes às anteriores, mantendo-se os 3 anos, mantendo-se os equipamentos e as instalações e o espaço a concessionar será também o mesmo. Terminou referindo que a competência para a abertura do concurso é do Sr. Presidente da Câmara, no entanto, como é hábito da Câmara, foi entendimento da mesma que este assunto fosse trazido à Assembleia Municipal para conhecimento e para que todos possam opinar sobre o mesmo e dar contributos que entendam ser pertinentes e que a Câmara agradece por eles.

--- O vogal João Filipe intervém para colocar a questão sobre o que é considerado zona envolvente, referida na cláusula 19ª e na cláusula 23ª pois não há nenhuma definição muito clara sobre o que é o espaço envolvente e seria importante que houvesse mais rigor na definição do mesmo para evitar problemas futuros.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção referindo que, na realidade os bares e as estruturas de apoio às praias fluviais são muito importantes para as praias e o método de seleção mais fácil é realmente o valor da renda mas considera que se deveria pensar noutras alternativas, apesar de compreender que a Câmara já tentou e não resultou mas deveria pensar-se pois esta questão da renda pode trazer incumprimento dos contratos pois os candidatos elevam o esforço para ganharem e, depois por qualquer razão podem não ter condições de cumprir. Considera um pouco injusto mas plausível que o desempate entre duas candidaturas seja feita por bola preta e bola branca. Refere ainda que, dada a situação da pandemia covid 19, não seria de incluir uma cláusula, com o motivo do covid para cessar a concessão e, desta forma evitar problemas legais.

--- A vogal Carla Loureiro intervém para referir que se verifica que estes processos das praias fluviais têm contratos com as Juntas de Freguesia, contratos com empresas para controlar as entradas e saídas nas praias tendo em conta a covid 19, contratos com concessionários para os bares e às vezes as coisas misturam-se um pouco. Questiona se não foi pensado fazer uma concessão de tudo junto, ou seja, quem dá apoio ao bar poder fazer o controlo das entradas e saídas e poder fazer, por exemplo, o tratamento dos espaços envolventes, tirando esse peso de cima das Juntas de Freguesia.

Questiona sobre se isto não poderia ser feito. Continua a sua intervenção referindo que, estas praias têm, junto aos edifícios dos bares, instalações sanitárias e junto às mesmas têm uma coisa que, inicialmente, foi construído como sala de primeiros socorros que atualmente deve ser utilizado pelos nadadores-salvadores. Questiona se essas salas estão aqui incluídas ou não e se as casas de banho que mencionou estão aqui incluídas ou não. Refere que o início das praias fluviais foi em 2001 e questiona se a Câmara ainda não tem contrato de eletricidade com a EDP.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que o concelho de Mação tem estes equipamentos das praias fluviais como algo de uma importância estratégica, especialmente para as freguesias de Cardigos e Carvoeiro e é preciso ter muito cuidado quando se fazem concessões e como o Sr. Vereador Vasco Marques referiu, já foram feitos muitos concursos com muitos critérios diferentes e o sonho da Câmara era ter um concessionário que fosse capaz de viabilizar aqueles equipamentos de verão e de inverno e isso já foi tentado em Cadernos de Encargos de concursos anteriores mas é extremamente complexo e não resultou. Mais referiu que, quem teve oportunidade de passar por Cardigos e Carvoeiro nos últimos verões, verifica que a afluência é uma coisa exagerada e Cardigos, mesmo com a situação da pandemia, teve a oportunidade de passar na praia fluvial de Cardigos e estava tanta gente que até ficou assustado e gerir tudo aquilo é muito complicado e por isso considera que a Câmara não deve concessionar tudo à mesma entidade para ter a possibilidade de intervir com proximidade para garantir alguma segurança na frequência daqueles equipamentos. Mais refere que não vê com nenhum desagrado que haja esta separação nas concessões, os concessionários do bar devem ter essa responsabilidade do bar e dos espaços envolventes e concorda com a intervenção do vogal João Filipe no que diz respeito a que deveria estar muito claro o que é a área envolvente. Considera positiva a articulação com as Juntas de Freguesia pois as mesmas também têm um bocadinho essa função e elas aceitam ser chamadas ao processo e a manutenção daquele espaço, parece-lhe muito bem que a mesma fique ao cuidado da Junta de Freguesia. Termina referindo que concorda com este modelo pois outras experiências foram feitas e não era muito fácil fazê-las cumprir. Agradece a gentileza do Sr. Presidente da Câmara de trazer estes documentos à Assembleia Municipal para discussão e para acolher eventuais propostas de enriquecimento dos mesmos, apesar de ser uma competência sua a determinação de abrir estes concursos.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para referir que, relativamente às duas concessões, estamos a viver em pandemia e não sabemos é que ela vai embora e parece-lhe que estas concessões e o suporte legal das mesmas que são estes documentos, apresentam a concessão num tempo normal, ou seja, isto parece que é uma concessão para um tempo normal, ignorando um pouco aquilo que estamos a viver e era bom que quando chegasse o verão já não tivéssemos cá a pandemia mas vamos tê-la e, por isso, questiona sobre se existe algum Plano de Contingência, se existe alguma cláusula de salvaguarda que permita à Câmara ou a quem vier a ficar com a concessão, as partes ficarem salvaguardadas no âmbito daquilo que é a pandemia e no âmbito do não dar para trabalhar.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques inicia a sua intervenção agradecendo as intervenções de todos. Continua referindo que, relativamente à definição do espaço referida pelo vogal João Filipe, independentemente onde vem mencionado nos documentos, o mais importante é o anexo 2, que tem um mapa das praias com as linhas que delimitam a zona envolvente e que é fundamentalmente o bar e a esplanada mas está definido no referido anexo 2. Relativamente à intervenção do vogal António Reis, refere que o critério de desempate com bola branca e bola preta é o que tem vindo a ser utilizado porque podia acontecer que houvesse sempre empate e fazer o desempate de outra forma poderia ser mais duvidoso, como por exemplo a experiência profissional ou o número de atividades, Relativamente ao covid 19 e à cláusula de proteção, mencionada pelo vogal António Reis e pelo vogal José Fernando Martins, está previsto no documento que nestas situações anómalas, a Câmara decidirá sobre o assunto em questão. Mais refere que os valores que são propostos nestes procedimentos são cada vez mais irrisórios e a tendência é para serem mais irrisórios pois o que está aqui em causa para a Câmara neste momento não é o valor da renda mas sim a responsabilização, nomeadamente a questão do nadador-salvador e a higiene do espaço do bar que lhes está designado. Relativamente ao acordo entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, este ano foi transferido também para as Juntas a responsabilidade que era de uma empresa no ano passado, para controlar entradas e saídas das praias, distanciamentos e normas de segurança emanadas pela DGS pois é um valor que podia ficar no concelho, nas Juntas e as pessoas de cá beneficiar desse valor pois temos os cadernos do ano passado e sabemos as regras, temos tudo e vamos dar toda essa informação às Juntas, que não tínhamos no ano passado mas agora já temos e podemos até melhorar, com as Juntas de Freguesia e fazer com que esse dinheiro fique cá. Relativamente aos

concessionários, refere que, ao longo do ano vão sempre acontecendo muitas situações imprevistas e a Câmara tem de estar presente quase todos os dias e quando as responsabilidades estão no âmbito do concessionário a Câmara chama à atenção do mesmo, quando são da responsabilidade da Junta, a mesma tem de atuar mas há situações que acontecem, por vezes, que não são da responsabilidade de nenhum deles e tem de se trabalhar em equipa com a Câmara por trás quando é necessária uma resposta rápida e quando são questões fora da alçada do concessionário ou da Junta de Freguesia e a Câmara está lá porque a gestão destes espaços, com a fluência que têm não é fácil e temos de ser todos a trabalhar em equipa, ainda mais nestes tempos de incerteza que estamos a atravessar. Relativamente à eletricidade, informou que a questão da eletricidade tem de ser vista caso a caso porque, por exemplo na Ortiga existem dois contadores, no entanto as questões que estão ligadas a um ou outro contador podem não ser da responsabilidade do concessionário e nos outros locais, o que tem sido feito é a luz é contada e os concessionários pagam a mesma ao preço que a Câmara paga e tem sempre de ser visto o consumo de cada um deles e seria muito dispendioso, por exemplo em Cardigos, pedir uma nova baixada para o concessionário, ficaria mais caro o valor da baixada que propriamente o valor da concessão.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para dar os parabéns à Câmara pelas últimas palavras que o Sr. Vereador Vasco Marques disse sobre haver um esforço para que as verbas geradas nisto fiquem no concelho. Apresenta os seus parabéns por isso e por essas palavras.

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

DR. JOSÉ ANTÓNIO ALMEIDA

Presente na sessão, o vogal António José Almeida entendeu fazer uma intervenção na qualidade de Diretor do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte, pelo que entendeu fazê-lo neste período de intervenção do público.

Iniciou a sua intervenção referindo que nos últimos 10 anos esta reunião realizava-se na escola sede do Agrupamento e esse facto era, para o Agrupamento e para os alunos, um acto muito importante, um acto pedagógico muito significativo, muito simbólico e que tem sido apontado por esse país fora como uma prática pedagógica digna de relevo pois não é uma simulação como se faz em muitos locais, e permite que os alunos aprendam e cada um dos membros poder explicar de uma forma pedagógica o que está ali a fazer, as funções de cada um, é de uma importância fundamental e é com tristeza que vê esta sessão que não pode ser realizada no Agrupamento, pela primeira vez em tantos anos.

Deixa aqui uma petição para que, logo que haja condições sanitárias para que se possa realizar uma sessão desta Assembleia Municipal na escola sede do Agrupamento, elas voltem pois desta forma não deixamos alguns alunos ter esta experiência.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para referir que concorda com a sugestão do Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas e deixar a sugestão de que, para além do retorno desta sessão de fevereiro à escola sede do Agrupamento quando houver condições sanitárias para o efeito, seja lá realizada também uma sessão extraordinária desta Assembleia, com temas sobre Educação.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----